

Mota & Advogados Associados detalha à ANFIP andamento de processos

JURÍDICO INFORMA



A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado Rodrigo Cartafina reuniram-se na terça-feira (16/6) com as advogadas Priscila Abritta e Mariana Prado, do escritório Mota Advogados & Associados, para atualizar todos os detalhes dos processos em curso no escritório.

Também participaram do encontro, que aconteceu via plataforma digital, o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

Sobre o processo dos 28,86%, as advogadas fizeram um panorama geral das execuções. Cerca de 90 processos ainda estão sem sentença nos embargos à execução. Para estes, o escritório relatou que há uma tentativa inicial de acordo. Porém, nada ainda foi formalizado, uma vez que os trabalhos presenciais foram suspensos na Justiça Federal em razão da pandemia. Existem, também, 55 ações no Tribunal Regional Federal da 1ª Região para julgamento de apelação ou embargos de declaração.

Para esses processos, o escritório cobra celeridade no julgamento e tentará, com o retorno dos trabalhos presenciais, novas diligências em busca de uma eventual conciliação, uma vez que o trâmite dos recursos no Tribunal é notoriamente moroso.

Das 230 execuções, 90 estão na 5ª Vara aguardando sentença; 49 estão no TRF1, ou ainda não tiveram apelação julgada ou tiveram e estão com embargos de declaração pendentes; 60 estão na vice-presidência do Tribunal para fazer juízo de admissibilidade dos recursos especiais; e 34 transitaram em julgado. A expectativa é que, assim que a Justiça voltar, seja expedido o precatório para esse último grupo de processos.

Sobre as execuções dos 3,17%, as advogadas informaram que das 495 execuções em curso, 118 já foram pagas, tanto em precatório quanto em RPV (Requisição de Pequeno Valor). Outros 210 processos já transitaram em julgado, mas não tiveram a expedição de RPV. O restante, alertaram, não teve julgamento dos embargos. De um modo geral, segundo avaliação do escritório,

não existem muitos problemas com este processo. A única questão a ser pontuada, observou Priscila Abritta, é quanto à litispendência, principalmente com relação ao MS 4151, da extinta Fenafisp, que provocará a exclusão das pessoas do processo da ANFIP.

As advogadas pontuaram ainda as questões relacionadas à Gifa. A peculiaridade deste processo se dá pela ANFIP ter um Mandado de Segurança (MS) e uma ação ordinária. O escritório Innocenti Advogados Associados acompanha as execuções desmembradas do MS, que se referem ao período de dezembro/2004 a junho/2008. A ação ordinária, que ainda está em fase de conhecimento, busca o pagamento dos meses pretéritos à impetração do MS, está com o escritório Mota. Priscila Abritta informou que a ação de conhecimento foi esvaziada por uma situação de litispendência. Algumas pessoas foram excluídas e o escritório interpôs recursos, que aguardam julgamento. A vice-presidente Maria Beatriz agendou nova reunião para o início de julho para tratar especificamente da Gifa.

Continua na Próxima Página

ANFIP discute acordo com AGU
Página 3

Nota de repúdio à redução salarial
Página 4

Previdência associativa é tema de live
Página 5

Márcio Gheller questionou ainda as advogadas quanto às perspectivas para pagamento de precatórios este ano, já que existe um movimento político para impedir que os pagamentos sejam realizados. Mariana Prado frisou que está sendo feito um intenso trabalho no Congresso Nacional, em que o

escritório Mota se uniu à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a outros escritórios que atuam no mesmo ramo, a fim de impedir que sejam aprovados os projetos que visem ao não pagamento de precatórios ou ao pagamento parcelado. “Estamos correndo para colocar os precatórios este ano. Não

sabemos o que vai acontecer com o país, mas precatórios estão sempre no foco. O não pagamento de precatório federal compromete o governo. Isso seria um baque na credibilidade deles. Não temos como prever, mas inscrever precatório já nos dá uma certa garantia”, avaliou.

GDAT: ANFIP discute com AGU possibilidade de acordo

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP, Maria Beatriz Fernandes Branco, e o advogado Rodrigo Cartafina se reuniram na quarta-feira (17/6) com o advogado da União Ricardo Cravo Midlej, da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão responsável por conduzir procedimentos administrativos de conciliação dentro da estrutura da Advocacia-Geral da União.

A reunião se deu após pedido de instauração de procedimento conciliatório, por parte da Associação, na execução da GDAT, tendo em vista a morosidade do processo e o bloqueio de alguns precatórios após julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Desta forma, foi iniciado um processo administrativo de conciliação, onde a

entidade aguardará uma proposta (ou não) por parte da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região. As execuções judiciais não serão afetadas, pois, no momento, estão suspensas devido à pandemia.

A Associação informa que a decisão acerca da aceitação ou não de eventual proposta de acordo caberá unicamente ao associado, que deverá preencher um termo de adesão, que será juntado no processo judicial.

ANFIP dá sequência às reuniões com escritórios contratados



Em continuidade às reuniões jurídicas da ANFIP com os escritórios contratados, foram realizadas duas reuniões na última quinta-feira (18/6). A primeira, na parte da manhã, contou com a presença do advogado Diego Cherulli, que se reuniu com a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes Araújo, e o advogado Rodrigo Cartafina. O advogado Diego Cherulli é especialista em direito previdenciário e foram abordados alguns

tópicos da última reforma da Previdência (EC 103/19).

Innocenti Advogados Associados

Já na parte da tarde, houve reunião virtual, onde os representantes do escritório Innocenti Advogados Associados apresentaram um panorama das execuções judiciais da Gifa, que foram desmembradas do Mandado de Segurança impetrado pela Entidade referente ao período de dezembro/2004 a junho/2008.

Os advogados salientaram a existência de 176 grupos de cumprimento de sentença

da ANFIP já em segunda instância. A maioria em fase de transição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o Superior Tribunal de Justiça e para o Supremo Tribunal Federal. Nos recursos ainda se discute excesso de execução por parte da Advocacia-Geral da União – AGU, legitimidade de exequentes que não estavam na listagem original, legitimidade de herdeiros e, ainda, índice de correção monetária, que já foi definido em caráter de repercussão geral no STF. Devido à pandemia, os processos estão suspensos, por ora, até o dia 30/6.

A videoconferência foi conduzida pela vice-presidente Maria Beatriz Fernandes Branco, com a presença do presidente Décio Bruno Lopes, do vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, da presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, e do advogado Rodrigo Cartafina. Pelo escritório Innocenti, participaram os advogados Vicente Cândido, Fernanda Figueiredo e José Jerônimo Nogueira.

<p>Expediente Linha Direta</p>			
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedicto Cerqueira Seba</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Taynara Aires e Ludmila Machado</p> <p>ESTAGIÁRIO Manina Rodrigues Thayná Rodrigues</p>		<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedicto Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>
<p> www.instagram.com/anfipnacional</p>	<p> www.facebook.com/anfip.nacional</p>	<p> www.twitter.com/anfipnacional</p>	<p> www.youtube.com/anfipoficial</p>

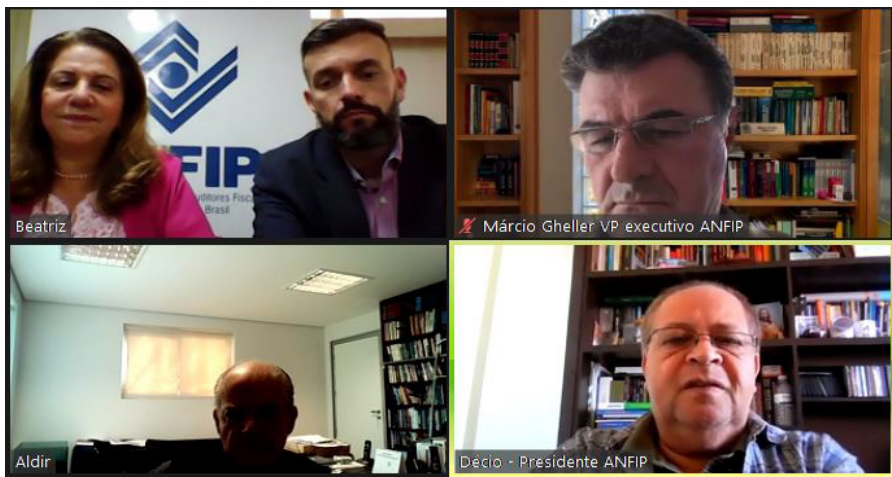
ANFIP analisa medidas para liberação dos precatórios da GDAT

A ANFIP realizou reunião virtual, nesta sexta-feira (19/6), com o advogado Aldir Passarinho, responsável por representar a Entidade na ação da Gratificação de Desempenho e Atividade Tributária (GDAT).

Pela ANFIP, estiveram presentes o presidente Décio Bruno Lopes, os vice-presidentes Mário Humberto Gheller (Executivo) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), e o advogado Rodrigo Cartafina.

Após fazer um histórico do processo, Aldir Passarinho ressaltou que os recursos especiais interpostos pela Associação e pela Procuradoria não passaram pelo crivo da admissibilidade no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A ANFIP interpôs Agravo em Recurso Especial e o prazo para a Procuradoria recorrer se encontra suspenso devido à pandemia.

Os precatórios expedidos da parte controversa foram bloqueados por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, uma vez que a Procuradoria ainda discute questões de mérito. Com a suspensão dos processos físicos pelo Conselho Nacional de Justiça, o processo se encontra sobrestado e sem possibilidade de diligências junto ao Tribunal.



Conforme já foi noticiado, a ANFIP se reuniu, na última quarta-feira (17/6), com o Advogado da União Ricardo Cravo Midlej, que integra a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão responsável por conduzir procedimentos administrativos de conciliação dentro da estrutura da AGU. O procedimento administrativo ainda é embrionário e a Associação aguardará uma proposta de acordo por parte da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região.

“AANFIP está empenhada em finalizar o processo. Os associados têm o direito de

receber a gratificação e vamos insistir em todas as instâncias para que esses valores sejam liberados aos associados”, afirma a Beatriz Branco.

AANFIP esclarece ainda que a decisão acerca da aceitação ou não de eventual proposta de acordo caberá unicamente ao associado, em momento oportuno, que deverá preencher um termo de adesão, o qual será juntado no processo judicial

Sobre o desbloqueio dos precatórios, assim que o CNJ liberar a tramitação dos processos físicos, o Setor Jurídico fará diligências no TRF1 e STJ para insistir nessa possibilidade.

Notícias do Jurídico em um só lugar. Confira!

Visando reunir as informações jurídicas essenciais para os associados, a ANFIP criou, na página principal na internet, um espaço exclusivo para as notícias do tema.

Assim que acessar www.anfip.org.br, o JURÍDICO NOTÍCIAS estará na lateral direita, logo abaixo dos destaques. Da mesma forma, as notícias jurídicas do dia,

ficarão nos destaques principais, no topo de visualização da página.

Quer saber tudo que está acontecendo? [Clique aqui e confira.](#)

Live – Série ANFIP apresenta ações e projetos da Receita Federal

A próxima Live – Série ANFIP traz dois assuntos em destaque no atual cenário econômico: O planejamento da ação fiscal na Receita Federal do Brasil e o Imposto de Renda - Dedução para os Fundos do Idoso e da Criança.

Para contribuir com os debates, foram convidados o subsecretário de Fiscalização da RFB, Jonathan José Formiga de Oliveira, e o superintendente adjunto da RFB 3ª Região Fiscal, Wilmar Teixeira de Sousa. Representando a ANFIP, o presidente Décio Bruno Lopes e os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergar (Assuntos Fiscais) e Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos

Tributários) participam da edição. Anote em sua agenda! A transmissão, ao vivo, acontece na quarta-feira (24/6), a partir das 10h,

nas plataformas digitais da ANFIP com mediação do jornalista Sérgio Lerrer, da Agência Servidores. Acesse pelo Facebook ou pelo YouTube.

Nota de repúdio à proposta da deputada Zambelli



ANFIP repudia com veemência o ataque aos direitos dos servidores públicos por meio de tentativa de corte de salários, através de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a ser enviada pela deputada federal Carla Zambelli (PSL/SP).

A parlamentar começou a recolher as assinaturas, são necessárias 171, para protocolar a proposição na Câmara, sugerindo redução de 25% nos salários de políticos, servidores públicos e integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que têm vencimentos acima de R\$ 15 mil mensais. Segundo o texto, a redução deve

ocorrer por três meses, mas, podendo ser mantida enquanto durar a pandemia de Covid-19 no Brasil.

A ANFIP lembra que a maior parte dos servidores federais já está com os salários congelados há mais de três anos e, após a reforma da Previdência, ainda sofreram o aumento da alíquota previdenciária em seus vencimentos.

A Associação lamenta que, desde o governo passado, começou a acontecer uma caça aos servidores como se o funcionalismo fosse o culpado da crise econômica do Brasil, quando, na verdade, é fundamental para a manutenção e fortalecimento do Estado,

inclusive fiscalizando e arrecadando recursos para que o Estado cumpra suas obrigações com a população.

Reduzir o salário, principalmente num momento em que o país precisa se recuperar economicamente, diminui a circulação do dinheiro, reduz ainda mais o poder de compra do servidor, que paga suas contas e contribui para a economia como qualquer outro trabalhador, e piora ainda mais um cenário financeiro já nebuloso!

Ressalta-se que os servidores públicos, das mais diversas áreas de atuação, são aqueles que estão na linha de frente dessa batalha, cumprindo honrosamente seu compromisso com a Nação e a defesa do Estado, colocando suas vidas e de sua família em risco, em nome de um bem comum.

Alertamos aos demais parlamentares que NÃO APOIEM essa proposta pretendida pela deputada Carla Zambelli.

O momento é de união de todos! Essa pandemia só mostra o quão importante e necessário é fortalecer o serviço público do país, com investimento e valorizando todo o funcionalismo.

Seguimos firmes e comprometidos!

Chegou a hora de UNIÃO em defesa dos servidores públicos



Chegou a hora de todos os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil se unirem em defesa do serviço público e de seus servidores.

É preciso dar um basta a essa sistemática do governo de tentar mostrar à opinião pública que os servidores são o problema econômico do país, quando, na verdade, bilhões de reais são escoados para engordar ainda mais os lucros do sistema financeiro. Ao afetar negativamente a imagem dos servidores, o governo angaria apoio a projetos cada vez mais nefastos às carreiras públicas.

O governo já anunciou uma “guerra

de mídia” a partir de 2021 para aprovar uma reforma administrativa drástica. Ainda que a utilização das mídias para este fim já ocorra, esta declaração deixa explícito que atacar os servidores será uma política de governo, sendo investidos todos os recursos possíveis em técnicas de propaganda para este fim.

É preciso lembrar que, ao atacar os servidores, o governo atinge justamente a prestação dos serviços públicos que o Estado deve, como guardião da nação, prestar. Educação, saúde, segurança, meio ambiente, agricultura, desenvolvimento tecnológico, proteção das fronteiras, tudo

será afetado.

O primeiro alerta a ser feito é quanto à nova tentativa de redução salarial. A deputada federal Carla Zambelli (PSL/SP) começou a recolher as assinaturas necessárias para protocolar uma PEC na Câmara, sugerindo a redução de 25% nos salários de políticos, servidores públicos e integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mesmo que esta matéria já tenha sido rejeitada em outras proposições e que a Lei Complementar 173/20, congelando os salários dos servidores, tenha entrado em vigor em maio último.

Para viabilizar e facilitar o contato com os parlamentares, a ANFIP coloca à disposição de toda a sociedade um sistema de envio de mensagens. É o momento de mostrar para os deputados e senadores que todos nós estamos atentos.

Se não pressionarmos os parlamentares AGORA, amargaremos um futuro ainda mais difícil. FAÇA SUA PARTE! Acesse a página da ANFIP e confira.

Previdência associativa é discutida na Live Série ANFIP

A previdência complementar dos servidores públicos foi novamente debatida na Live - Série ANFIP. Desta vez (17/6), com foco na “Previdência Associativa – Planos Instituidores” e participação de representantes da Jusprev (Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira), Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão) e Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários).

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, que oficialmente abre os debates, falou da importância de entender a Previdência. “Não é um assunto de conhecimento da população, principalmente a complementar. A partir da Emenda Constitucional nº 20/98, que levou a obrigatoriedade de instituir um regime complementar, a previdência complementar passou a ter melhores regramentos, segurança e condição para que as entidades abertas e fechadas prestem mais informações aos colaboradores, focando especialmente no participante. Uma vez colocada na Constituição, torna-se uma realidade, e a realidade deve ser de conhecimento de todos. Para isso, é importante que todas as entidades promovam a educação previdenciária e uma orientação simples e acessível”, disse.

Márcio Humberto Gheller, vice-presidente Executivo da ANFIP, ao se pronunciar, fez a seguinte reflexão: “Começo com um pé no passado, lembrando que nossos avós viveram o amor em tempo de guerra. Em 1950, George Orwell publicou o livro 1984, que trata do mundo controlado pela internet. Em 1985, o escritor colombiano Gabriel García Márquez publicou O amor nos tempos do cólera. E hoje estamos sendo desafiados a viver com amor nos tempos dos vírus”. E questionou os palestrantes sobre como os fundos de previdência complementar estão lidando com os efeitos da Covid-19, doença que provocou a pandemia global.

Jusprev - A gerente-geral da Jusprev, Deborah Traldi Maggio,



afirmou que a instituição em nenhum momento, paralisou suas atividades, apesar de estar em *home office* desde março, início das medidas de isolamento no País.

Deborah Maggio apresentou a história da criação da Jusprev. “Fomos procurados pela ANFIP e passamos a atender a carreira, que é a única não jurídica. As entidades fechadas [como é o caso da Jusprev] são mais vantajosas do que uma entidade aberta, devido às altas taxas, como taxa de entrada, taxa de saída, taxa de performance. Na entidade fechada você é participante, a gestão interna é feita pelos participantes, não temos finalidade lucrativa. Toda a rentabilidade é repassada 100% aos participantes”, explicou.

A gerente-geral lembrou que qualquer pessoa, vindo da ANFIP, pode aderir aos planos da Jusprev.

Ieprev - O presidente do Ieprev, Roberto de Carvalho Santos, durante sua exposição, lembrou que tanto a EC 103/98 quanto a EC 41/03 retiraram diversas regras de transição. “Na nossa concepção, as mudanças que ocorreram violam, de forma frontal, o princípio da segurança jurídica, o pacto da legítima confiança que os brasileiros têm com o ordenamento jurídico, com o nosso Estado. Não estamos aqui defendendo que não se tenha alterações, mas é

preciso que essas alterações sejam acompanhadas por regras de transição. É preciso que as alterações sejam razoáveis, proporcionais”, explicou.

Anapar - Antônio Bráulio de Carvalho, presidente da Anapar, explicou que a entidade, criada em 2001, tem um papel decisivo de defesa dos interesses e direitos dos participantes dos fundos de pensão e dos beneficiários de saúde suplementar de autogestão.

Ele informou que a Anapar criou um grupo de trabalho e já apresentou algumas propostas para minimizar os impactos da pandemia nos planos das entidades fechadas e abertas. “Estamos muito preocupados com os planos de valor definidos, pois o impacto, é direto. Esperamos que o governo seja sensível ao que nós estamos querendo discutir”.

Bráulio de Carvalho alertou que “existe uma disputa muito grande, onde os bancos são capitaneados pelos fundos de pensão” e abocanham uma fatia muito grande desses fundos. “Nosso primeiro desafio é essa disputa com os bancos. Eles foram os grandes defensores da reforma previdenciária. Precisamos que as entidades estejam unidas. Temos estudos que mostram que 30% do que se investe em fundos de pensão ficam para os bancos. Precisamos estar unidos para mudar o que está colocado”, disse.

Conheça a Previdência Complementar Associativa dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Você sabia que os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil têm uma previdência complementar associativa feita exclusivamente para os integrantes da carreira? E que todos os associados da ANFIP podem aderir, indicando todo o seu grupo familiar? É muito mais segurança para a sua vida e a de sua família.

Contribuindo para preparar seus associados para um futuro mais seguro, considerando ainda os impactos da reforma da Previdência para os servidores públicos, a ANFIP é instituidora da Jusprev – Plano de Previdência Complementar de Carreiras Jurídicas Públicas e de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Jusprev oferece vantagens sobre bancos e seguradoras, que também

administram previdências complementares e coberturas de risco, mas visam ao lucro. No Planjus, que é o plano de previdência, todos os associados da ANFIP, seus familiares e indicados, podem aderir.

Vantagens – Na Jusprev não existe taxa de carregamento mensal, a taxa de administração é de 0,7% ao ano e ainda é possível deduzir até 12% da renda anual bruta da base de cálculo do Imposto de Renda. Em abril, por exemplo, a rentabilidade do Planjus, teve desempenho positivo (1,05%), mesmo diante da crise financeira. O resultado foi 268,67% acima do CDI e 385,86% acima da poupança.

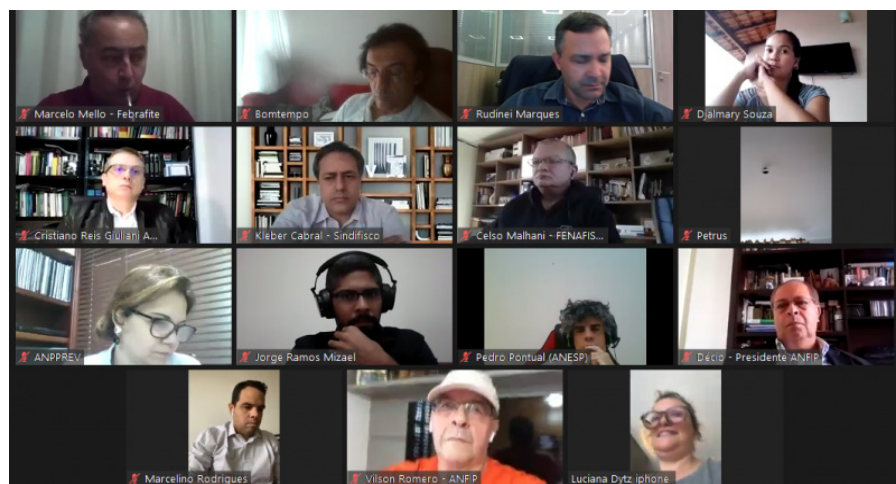
Além de ter uma renda a mais na aposentadoria, o Auditor Fiscal pode permitir que os beneficiários indicados possam usufruir do benefício futuro.

Esse é um dos diferenciais da Jusprev, em caso de falecimento, o beneficiário indicado continua a receber, o que não acontece nos planos oferecidos pelo mercado financeiro, em que o benefício cessa com o falecimento (renda vitalícia).

Outro diferencial é que as coberturas de risco (Renda Mensal por Morte ou Invalidez) estão garantidas também em ocorrências advindas de casos da Covid-19. A indenização segue garantida para as novas contratações das coberturas de risco.

Para saber mais sobre o Planjus e seus diferenciais basta entrar em contato com a consultora Zuleide Miranda, da ANFIP, que poderá explicar todos os detalhes. Entre em contato pelo (61) 3251-8100 ou 0800 701 6167, ou pelo e-mail zuleide@anfip.org.br.

ANFIP e Fonacate deliberam novas ações em defesa do servidor



Em assembleia geral realizada na terça-feira (16/6), entidades integrantes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) debateram diversos pontos que afligem as carreiras no âmbito dos atuais cenários

político e econômico. Pela ANFIP, o presidente Décio Bruno Lopes e o assessor de Estudos Socioeconômicos Wilson Antonio Romero participaram da videoconferência conduzida pelo presidente do Fórum, Rudinei Marques.

Na pauta, a preocupação com o suposto monitoramento de servidores públicos nas redes sociais. As entidades entendem que casos de assédio institucional devem receber tratamento jurídico. Em sequência, as carreiras deliberaram, que, a partir de análise jurídica, o Fórum pode entrar com pedido de ingresso como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6447 no Supremo Tribunal Federal, que trata dos impactos da Lei Complementar 173/2020.

Os participantes também avaliaram o convite da Fundação Lemann em contribuição aos grupos de trabalho nos debates sobre a reforma Administrativa. Em relação à reabertura do prazo de migração para a Funpresp, o Fórum manifestou-se favorável no acompanhamento de novas medidas que devem ser propostas para adesão das carreiras.

Comissão Parlamentar do Fonacate debate retomada de atividades

Reunião da Comissão Parlamentar do Fonacate, realizada na quinta-feira (18/6), debateu possível retomada das atividades presenciais no Congresso Nacional a partir de julho e projetos de lei de interesse do funcionalismo. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, participou do encontro.

A assessoria parlamentar do Fonacate está fazendo um levantamento dos principais projetos que tratam do serviço público no Brasil, dentre eles as PECs 186 e 188/2019, que dispõem sobre redução de jornada e salários dos servidores; PEC 438/2018, que cria gatilhos para conter despesas públicas e preservar a regra de ouro; e a MP 922/2020, que dispõe sobre a

contratação temporária no serviço público.

“Nosso objetivo nesse encontro foi reorganizar a Comissão Parlamentar do Fórum para uma série de ataques que ainda vão vir desse governo: confisco salarial, retirada de direitos constitucionais, quebra da estabilidade e muitas outras propostas que estão no Congresso”, afirmou Paulo Lino, vice-presidente do Fórum.

ANFIP e Frente Parlamentar analisam pauta do Congresso e formulam estratégias

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, as entidades que a compõem estiveram reunidas em videoconferência na segunda-feira (15/6). Pela ANFIP, participaram o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, que conduziu o encontro.

Abriendo a reunião, o senador Paulo Paim (PT/RS) destacou alguns pontos que serão trabalhados no Congresso Nacional durante a semana, dentre eles a PEC apresentada pela deputada Carla Zambelli (PSL/SP), que reduz em 25% os salários dos servidores que recebem acima de R\$15 mil.

Corroborando, Vilson Romero explicou que “na realidade o servidor

federal está com os salários congelados desde 2017 com perda estimada em 35%, isto já é um corte automático”. O assessor lembrou também que os servidores foram prejudicados recentemente com a reforma da Previdência que, dentre outras perdas, aumentou o percentual das alíquotas de contribuição. Nesse ponto, o senador Paim reforçou a preocupação e os encaminhamentos dos parlamentares em relação ao tema, principalmente com as avaliações e o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ). “Por isso, as mobilizações e reuniões on-line não podem parar”, disse Paim.

Valorização do servidor - Por unanimidade, as entidades apoiaram a sugestão de Vilson Romero no sentido de exemplificar de modo uniforme

através das mídias sociais o conjunto de perdas sofridas pelos servidores públicos. “A campanha de valorização dos servidores deve ser intensificada. Os parlamentares e a sociedade devem ter real conhecimento da situação por que enfrentamos”, afirmou.

Teletrabalho - Na reunião, o cenário do teletrabalho permaneceu em pauta para avaliação das carreiras. Para o vice-presidente José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), “a pandemia trouxe ao serviço público uma oportunidade ímpar, que poderá modificar todo o funcionamento da administração pública e do Brasil, trazendo inclusive redução nos gastos governamentais como o de aluguéis, por exemplo. As carreiras precisam avaliar as suas peculiaridades”.

ANFIP e Fonacate vão ao CNJ para garantir inscrição de precatórios até 1º de julho

O trabalho remoto no Poder Judiciário foi instituído em 19 de março de 2020, pela Resolução n. 313 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde então, os tribunais estão passando por adaptações nas rotinas dos servidores.

Apesar dos avanços quanto à adequação ao *home office*, a proximidade de 1º de julho de 2020 torna ainda mais premente a necessidade de eficiência e eficácia não somente dos servidores, como também dos sistemas dos tribunais de expedição e migração de precatórios.

Nesse contexto, oito entidades de servidores públicos: Fonacate, ADB, Unacon Sindical, ASDNER, Anasps, ANFIP, Asibama-DF e APSEF, representadas pelo Torreão Braz Advogados, apresentaram pedido de providência perante o Conselho Nacional de Justiça, para que os tribunais pátrios garantam todos os meios técnicos e tecnológicos necessários para inclusão de precatórios em orçamento até 1º de julho de 2020, no regime de teletrabalho, em processos físicos e

digitais; priorizem a expedição de precatórios, cujos processos contem com planilhas de valores reconhecidos pelo Poder Público; e efetivem a migração de precatórios já expedidos.

A concretude da expedição e migração dos precatórios até 1º de julho de 2020 favorecerá milhares de idosos e doentes crônicos/graves (grupo de risco da Covid-19), que representam parte significativa dos beneficiários de precatórios, em razão das longas décadas de tramitação dos processos judiciais contra a Fazenda Pública.

Atualizadas normas para comprovação de vida de aposentados e pensionistas

O Ministério da Economia atualizou as normas e diretrizes para a comprovação de vida dos aposentados e dos pensionistas da União, bem como dos anistiados políticos civis e seus pensionistas. A Portaria nº 244/2020 e a Instrução Normativa nº 45/20 foram publicadas na quarta-feira (17/6) no Diário Oficial da União e entram em vigor em 3 de agosto.

Uma das novidades é a autorização para que a comprovação seja feita por

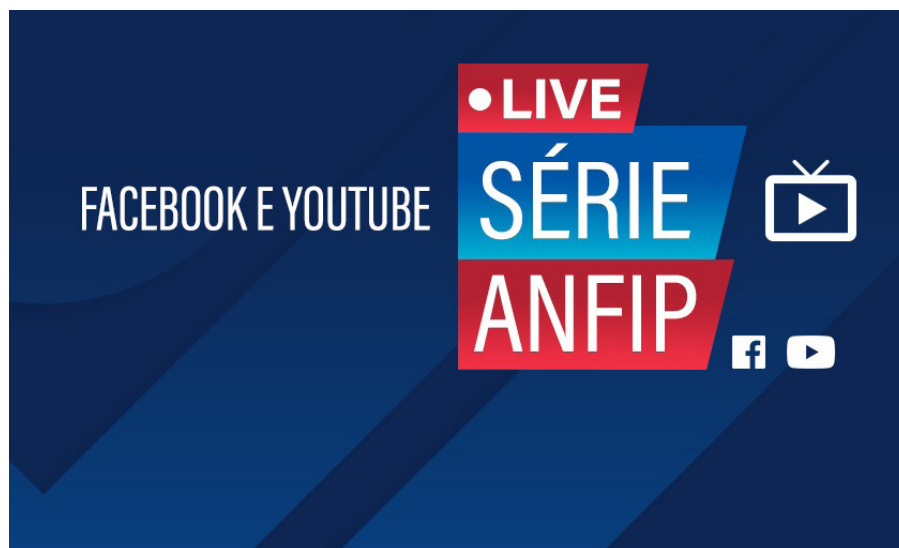
meio de sistema biométrico ou aplicativo móvel, nos casos em que essas tecnologias estejam disponíveis.

O Ministério da Economia, responsável pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), estabelecerá os procedimentos para a comprovação de vida dos beneficiários acometidos por moléstia grave, impossibilitados de locomoção, sob custódia do Estado ou ausentes do País,

assim como definirá o local onde será realizado o ato.

É interessante lembrar que, independentemente dessa atualização normativa, o processo de recadastramento continua suspenso até meados de julho, quando termina o período de 120 dias, como medida de enfrentamento à Covid-19, podendo ser prorrogado, já que o período de emergência de saúde pública ainda não deverá ter se encerrado.

Live – Série ANFIP tem novidades a partir de julho



Assim que as medidas de isolamento social foram instituídas, a ANFIP, sempre na vanguarda do debate de interesse dos

associados, deu início a uma série de lives com transmissão pelas plataformas digitais da Entidade.

Foram dez edições deste então, sempre trazendo à público temas relevantes não só para os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil quanto para o conjunto dos servidores e para o público em geral.

Dando mais um passo nessa importante inovação, a partir de julho, as lives serão realizadas quinzenalmente e/ou duas vezes por mês, com mais flexibilidade de data para nossos convidados definirem sua participação, além de outras novidades para todos os associados.

Aguarde! E se você perdeu alguma edição das Lives – Série ANFIP até aqui, ainda dá tempo de conferir os debates. Acesse no banner rotativo na página principal da Entidade na internet todos os programas realizados.

Benefício - Clube de Vantagens

Taxas especiais no crédito consignado

Pensando em nossos associados, o Clube de Vantagens da ANFIP conseguiu as menores e melhores taxas de crédito consignado do Brasil:

a partir de 0,86% a.m. Acesse a nossa plataforma, na lateral esquerda do site clique no menu consignado e faça a sua simulação de crédito. O Banco Alfa é

o nosso parceiro. Juntos, preparamos excelentes condições para você, associado, organizar o seu orçamento. Não fique de fora dessa oportunidade!

Condições especiais em curso superior no Projeção

O Centro Universitário Projeção, por meio de parceria com a ANFIP, oferece condições especiais para que associados e

seus dependentes ingressem na educação superior. A instituição disponibiliza mais de 30 cursos presenciais e outras diversas

opções a distância para atender a sua escolha. Acesse a plataforma ANFIP Tem+ Vantagem para se inscrever e começar!

Adquira seu Chevrolet com descontos incríveis

Está pensando em comprar o seu carro 0km? Na tabela do mês de junho temos descontos disponíveis para vários modelos.

Por meio da parceria com o programa Amigos Chevrolet, os associados da ANFIP têm direito a uma tabela especial de bônus na

compra de veículos. A tabela completa com todos os descontos pode ser acessada na área dos convênios: anfip.temvantagens.com.br.

FIXAS

Espaço para Histórias Fiscais tem conto novo toda semana

Para resgatar a memória cultura da Entidade, publicamos semanalmente Histórias Fiscais reunidas, originariamente, em duas publicações lançadas na década de 1990: “Fiscalização Previdenciária – Uma viagem através do tempo”,

com 143 contos escritos por colegas de todo país, resultado do I Concurso Nacional de Histórias Fiscais, lançado em 1991, e o Histórias Fiscais II, de 1994, com 109 contos narrando passagens e experiências vividas no dia-a-dia da

fiscalização, resultado de concurso realizado em 1993.

Confira na editoria Histórias Fiscais, em www.anfip.org.br, os contos de nossas publicações. Conheça também a história da qual você faz parte! Boa Leitura!